

PUBLICADO
Ed. mo. 313
EM 13/01/25
Off
Servicor
That: 41/7607

LEI COMPLEMENTAR Nº 356, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM – RJ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM/RJ

Faço saber que a Câmara Municipal de Bom Jardim aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

# CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º O presente regulamento trata da criação da nova estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, define novas Secretarias, altera a estrutura de cargos comissionados e funções de confiança/gratificadas, descreve as atribuições específicas e comuns dos Secretários Municipais e titulares dos órgãos de igual nível hierárquico, bem como as dos demais servidores que exercem as funções de supervisão, direção, chefia e assessoramento.
- Art. 2º A referida lei atende exclusivamente aos cargos comissionados e funções confiança/gratificadas, este de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Executivo.
- Art. 3º O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, avocar a si, segundo seu único critério, as competências delegadas neste Regimento Interno.

Parágrafo único É indelegável a competência decisória do Prefeito, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

#### CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA PREFEITURA

- Art. 4º A Prefeitura Municipal de Bom Jardim, para a execução de obras e serviços de responsabilidade do Município, é constituída dos seguintes órgãos:
  - I órgãos de assessoramento:
  - a) Secretaria Municipal de Gabinete;
  - b) Secretaria Geral de Governo;
  - c) Procuradoria Jurídica.
  - II órgãos auxiliares:





- a) Secretaria Municipal de Administração;
- b) Secretaria Municipal de Fazenda;
- c) Secretaria Municipal de Planejamento.

#### III - órgãos de administração finalística:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
- c) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- d) Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte, Lazer e Desenvolvimento Econômico;
- e) Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento;
- f) Secretaria Municipal de Saúde:
- g) Secretaria Municipal de Defesa Civil;
- h) Secretaria Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO III

#### DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

#### Seção I

#### Da Secretaria Municipal de Gabinete

Art. 5º A Secretaria Municipal de Gabinete é o órgão que tem por finalidade:

- I Prestar assistência ao Chefe do Poder Executivo em suas relações políticoadministrativas com os munícipes, órgão e entidades públicas, privadas e associações de classe:
  - II Preparar e expedir a correspondência do Prefeito:
  - III Preparar, registrar, publicar e expedir os atos do Prefeito;
  - IV Realizar as atividades de relações públicas da Prefeitura;
- V Organizar, numerar e manter sob a sua responsabilidade os originais de Leis,
   Decretos, Portarias e outros atos normativos pertinentes ao Executivo Municipal;
- VI Atender pessoalmente o Prefeito, providenciando o que se fizer necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho;
- VII Promover o noticiário, pelos meios adequados das atividades de interesse público levadas a efeito pela Prefeitura e seus diversos órgãos, mantendo para isso os devidos contatos com a imprensa;
  - VIII Elaborar e divulgar o Boletim Oficial do Município de Bom Jardim;
- IX Coordenar o entrosamento político entre o Executivo, Legislativo e Judiciário a nível municipal, estadual e federal;
- X Acompanhar na Câmara Municipal a tramitação dos Projetos de leis de interesse do Executivo e, manter controle que permitam o fornecimento de informações precisas ao Prefeito;
- XI Planejar, coordenar, executar, controlar e definir prioridades políticas e administrativas no âmbito de sua área de atuação, em conformidade com as competências estabelecidas no regimento interno para a secretaria e de acordo com o plano de governo municipal;



- XII Realizar estudos e pesquisas relacionadas às atividades de sua área, utilizando documentação e outras fontes de informações, analisando os resultados dos métodos utilizados, para ampliar o próprio campo de conhecimento;
- XIII Levantar as necessidades e definir os objetivos relativos a sua área de atuação, prevendo custos em função dos projetos e propostas, visando o cumprimento de normas estabelecidas.
- XIV Analisar e aprovar projetos através de leitura, discussão e decisão junto ao
   Prefeito, avaliar o cumprimento das diretrizes do programa de governo;
- XV Desenvolver e aprimorar contatos com outros órgãos públicos, recebendo reinvindicações, analisando e propondo soluções, para assegurar o pleno atendimento dos mesmos e do interesse do município;
- XVI Prestar informações ao prefeito sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados atingidos, elaborando relatórios ou outros meios, para possibilitar a avaliação das políticas de governo;
- XVII Representar o Prefeito em solenidades e eventos, quando solicitado, para visar o cumprimento dos compromissos assumidos;
  - XVIII Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal;
- XIX Atuar nas diversas áreas de trânsito do Município, especialmente na Engenharia de Trânsito, Educação de Trânsito, Sinalização Vertical e Horizontal, Sinalização Semafórica e Fiscalização de Trânsito, abrangendo todas as questões, soluções, melhorias e problemas envolvendo o trânsito dentro do Município;
- XX Cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas do Secretário de Trânsito e Guarda Municipal, bem como as de cunho específico oriundas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n° 9.503/1997) e Lei de Mobilidade Urbana (Lei n° 12.587/2012);
  - XXI Propor o plano de melhorias operacionais de trânsito:
  - XXII Exercer efetivo controle sobre o pessoal de serviço na atividade externa da Chefia;
  - XXIII Manter controle e aprimorar os processos operacionais:
- XXIV Supervisionar o tráfego de veículos e as vias públicas, propondo medidas para a melhor fluidez do trânsito;
- XXV Manter contato com as outras Secretarias Municipais estreitando ações de participação e boa convivência;
- XXVI Trabalhar em conjunto com todas as concessionárias do Município e em especial com a que tem a concessão do serviço de transporte, no que tange as mudanças de linhas, interdições, entre outras atividades correlatas;
  - XXVII Manter estreito controle sobre os funcionários à serviço da Secretaria;
  - XXVIII Fiscalizar a aplicação do pessoal de serviço;
  - XXIX Manter controle sobre as pinturas de faixas em locais proibidos:
- XXX Manter controle sobre as viaturas colocadas à disposição da Secretaria, inclusive de manutenção;
- XXXI Atuar na proteção e conservação do patrimônio, bens, instalações e serviços públicos municipais de apoio à Administração no exercício de seu poder de polícia administrativa, para respeitada a legislação e ressalvada a competência federal e estadual;
- XXXII Determinar a atuação dos agentes da Guarda Municipal quando formalmente convocada para proteger o patrimônio, zelar pela segurança dos servidores;
- XXXIII Determinar a atuação dos agentes da Guarda Municipal quando no exercício de suas funções impedir atividades que violem normas de saúde, Defesa Civil, sossego público, higiene, segurança e outras mais que sejam do interesse da comunidade, informando e orientando a população;



- XXXIV Promover a segurança dos parques, jardins, praças, Centros Sociais, Cinema Municipal, Galpão Cultural, postos de saúde, escolas municipais, creches municipais, Rodoviária Municipal, Câmara Municipal, Biblioteca Municipal, Cemitério Municipal, Horto e Parque Municipal, quadras e Ginásios Poliesportivos, e Centros Esportivos Municipais, se houver, Sede da Guarda Municipal, Prédio da Prefeitura Municipal e Prédio em que funcionem Secretarias Municipais e outros próprios do Município, evitando sua depredação;
- XXXV Executar tarefas de apoio à segurança patrimonial, nos festejos da municipalidade e nos eventos ocasionais;
- XXXVI Assegurar a integridade pública dos funcionários e proteger os bens patrimoniais;
- XXXVII Fiscalizar a apresentação dos guardas municipais no horário determinado para a rendição do seu colega de serviço;
- XXXVIII Zelar pela conservação e economia dos materiais utilizados nos postos de serviço;
- XXXIX Permitir a saída de bens patrimoniais somente com autorização por escrito do responsável pelos mesmos;
- XL Coibir, em participação com a fiscalização municipal, o comércio de vendedores ambulantes nas ruas e logradouros do Município;
- XLI Exercer outras atribuições da mesma natureza e mesmo grau de complexidade, de conformidade com determinação superior.

#### Seção II

#### Da Secretaria Geral de Governo

- Art. 6º A Secretaria Geral de Governo é o órgão que tem por finalidade:
- I Aumentar a eficiência da estrutura administrativa da Prefeitura, elevando consequentemente o nível de confiança nela depositado:
  - a) Adotando medidas de desburocratização;
  - b) Valorizando os serviços municipais;
  - c) Introduzindo novos métodos de trabalho.
- II Estabelecer o indispensável equilíbrio econômico-financeiro e estimular o desenvolvimento econômico-social do Município através de:
  - a) Utilização eficiente das fontes dos recursos existentes;
  - b) Buscas de novas fontes de recursos.
- III Ajudar como Órgão de apoio efetivo às decisões do Chefe do Executivo, aperfeiçoando seus mecanismos, estabelecendo fluxos processuais de modo a possibilitar a decisão superior no exercício de suas funções legislativas e normativas que lhe outorga a Lei Orgânica do Município;
  - IV Auxiliar o Chefe do Poder Executivo em sua representação funcional e social;
  - V Coordenar as atividades das Secretarias Municipais;
- VI Controlar os prazos facultados pela Lei Orgânica do Município para sanção ou veto das Leis aprovadas pela Câmara Municipal;
- VII Promover a elaboração das informações que devem ser prestadas à Câmara Municipal;
- VIII Participar da elaboração de contratos e ou convênios firmados pelo Município executando todos os procedimentos necessários à implantação e legalização dos mesmos;



IX - Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção III

#### Da Procuradoria Jurídica

Art. 7º A Procuradoria Jurídica Municipal é o órgão que tem por finalidade:

- I Representar o Município ativa e passivamente perante Juízes e Tribunais na proteção de seus direitos e interesses;
- II Promover a cobrança judicial da dívida ativa do Município ou de quaisquer outras dívidas que não foram liquidadas nos prazos legais;
- III Redigir projetos de Leis, justificativas de vetos, decretos, regulamentos, contratos e outros documentos de natureza jurídica;
- IV Assessorar o Prefeito nos atos executivos relativos a desapropriação, alienação e aquisição de imóveis pelo Município e nos contratos em geral;
  - V Participar de inquéritos administrativos e dar-lhes orientação jurídica conveniente;
- VI Manter atualizada a coletânea de leis municipais, bem como a legislação federal e estadual de interesse do Município;
  - VII Proporcionar assessoramento jurídico aos órgãos da Prefeitura;
- VIII Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, contratos e afins, bem como fiscalizar a aplicação destes; e
  - IX Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção IV

#### Da Secretaria Municipal de Administração

- Art. 8º A Secretaria Municipal de Administração é o órgão que tem por finalidade:
- I Executar as atividades relativas ao recrutamento, à seleção, ao treinamento, aos controles funcionais, aos exames de saúde dos servidores e aos demais assuntos de pessoal;
- II Promover a adoção de medidas para agilizar o conhecimento de reclamações ou sugestões referentes à área administrativa apresentada por pessoas jurídicas ou físicas, inclusive servidores;
- III Executar atividades relativas à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado pela Prefeitura;
- IV Executar atividades referentes ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens imóveis e semoventes;
- V Receber, distribuir, arquivar, controlar e promover a tramitação dos documentos e processos administrativos da Prefeitura;
  - VI Conservar interna e externamente o prédio da Prefeitura, móveis e instalações;
- VII Manter sob o seu controle os equipamentos de uso geral da administração, bem como sua guarda e conservação;
- VIII Desenvolver e implantar projetos que visem o aumento da produtividade dos recursos humanos;
- IX Realizar, por meio da Ouvidoria Municipal, o atendimento a reivindicações reclamações e sugestões dos munícipes, de acordo com as atribuições afins;



- X Gerenciar todas as Licitações e Compras no âmbito do Poder Executivo;
- XI Promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas;
- XII Comprovar a legalidade dos atos praticados pela Administração;
- XIII Verificar a exatidão e fidedignidade dos documentos que fundamentam a despesa;
- XIV Organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- XV Realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob o seu controle emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade constatada, indicando as medidas para corrigir as falhas encontradas;
- XVI Instaurar Tomada de Contas, sempre que tiver conhecimento de ato que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte, ou posso resultar, dano ao Erário;
- XVII Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos Programas de Governo e dos orçamentos municipais;
- XVIII Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado;
- XIX Exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial da Administração Pública Municipal quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade e aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
- XX Promover a obediência às diretrizes administrativas, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária e no Plano Plurianual, bem como em toda legislação pertinente, adequando os organismos da Administração Pública Municipal, em especial as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000;
- XXI Controlar, fiscalizar e emitir pareceres sobre as contas de receitas e despesas dos exercícios financeiros, referentes às contas dos Ordenadores de Despesas, Responsáveis por Bens em Almoxarifado, Responsáveis por Bens Patrimoniais e demais Gestores Públicos que por suas ações e atos administrativos influenciem no erário público da municipalidade; e
  - XXII Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção V

#### Da Secretaria Municipal De Fazenda

- Art. 9º A Secretaria Municipal de Fazenda é o órgão que tem por finalidade:
- I Executar a política fiscal do Município;
- II- Acompanhar e controlar a execução orçamentária;
- III Elaborar, em colaboração com os demais órgãos da Prefeitura, a proposta orçamentária anual e do Plano Plurianual, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Municipal;
- IV Cadastrar, lançar e arrecadar as receitas municipais e fazer a fiscalização tributária;
  - V Receber, pagar, guardar e movimentar o dinheiro e outros valores do Município;
- VI Preparar os balancetes, bem como o balanço geral e as prestações de contas de recursos transferidos para o Município por outras esferas do Governo;



- VII Fiscalizar e fazer a tomada de contas dos órgãos de administração centralizada encarregados da movimentação de dinheiro e outros valores;
  - VIII Fazer assessoramento geral dos assuntos fazendários do Município;
- IX Estabelecer critérios de racionalização de despesas objetivando a contenção de gastos excedentes;
- X Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação destes recursos.
- XI instituir, organizar, manter e operacionalizar a Sala do Empreendedor, nos termos da legislação vigente; e
  - XII Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção VI

#### Da Secretaria Municipal Planejamento

Art. 10 A Secretaria de Planejamento é o órgão que tem por finalidade:

- I Elaborar, atualizar e promover a execução dos planos municipais de desenvolvimento, bem como elaborar projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo Governo Municipal;
- II Prestar assessoramento ao Prefeito em matéria de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades desenvolvidas pela Prefeitura;
  - III Articular o sistema Municipal de Planejamento com o sistema Federal e Estadual;
- IV Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação destes recursos;
- V Acompanhar a execução do orçamento, verificando a aplicação dos recursos e a execução do planejamento;
- VI Realizar a elaboração de projetos básicos e termos referência em conformidade com as diversas secretarias;
- VII Elaborar o orçamento anual, assim como, a Lei de Diretrizes Orçamentária e PPA (Plano Plurianual);
- VIII elaborar a execução, coordenação e acompanhamento dos diversos programas e projetos promovidos pelos Governos Estadual e Federal e os de autoria das demais secretarias do Município;
- IX realizar visitas, relatórios, portfólios, bem como documentar todas as ações do projeto, que ao longo do ano são realizadas;
  - X elaborar projetos de construção e reparos de:
  - a) redes de esgotos e de redes pluviais;
- ruas, praças, prédios públicos, muros de encostas, muros para canalização de córregos e de quadras de esportes;
  - XI elaborar projetos de pavimentação de ruas;
- XII assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação destes recursos;
- XIII promover, programar, organizar, supervisionar, controlar e avaliar a execução de atividades de projetos e convênios;
  - XIV rastrear fontes e programas de financiamento existentes;



- XV elaborar minutas e projetos e convênios;
- XVI acompanhar e controlar as receitas transferidas à Prefeitura por outras esferas do Governo;
- XVII gerenciar a relação com agentes executores e financiadores de projetos públicos municipais, tais como: BB, CAIXA, BNDES, dentre outros; e
  - XVIII Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção VII

#### Da Secretaria Municipal de Assistência Social

- Art. 11 A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos é o órgão que tem por finalidade:
- I Formular, coordenar, avaliar e executar as políticas públicas referentes à Assistência Social, Segurança Alimentar, Transferência de Renda, Promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Habitação, em articulação com órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social SUAS;
- II- Estabelecer normas e procedimentos operacionais que visem articular os organismos atuantes na esfera municipal, no campo social, sejam eles públicos ou privados, para a correta definição das políticas a serem aplicadas;
- III- Apoiar as ações de recursos destinados aos Fundos Municipais voltados para a Assistência Social e Direitos Humanos, os quais possuem finalidades e competências estabelecidas em legislação;
- IV- Pronunciar—se sobre solicitações de entidades assistenciais do Município relativas às subvenções ou auxílio;
- V- Supervisionar todos os projetos sociais e entidades ou instituições subvencionadas vinculadas à assistência social;
  - VI- Coordenar a política municipal de assistência social;
- VII- Desenvolver, em parceria com outros órgãos da administração municipal, estadual e federal, programas de capacitação e aperfeiçoamento para proporcionar aos usuários da assistência social atividades físicas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania;
- VIII- implementar sistemas de informação em parcerias com outras Secretarias que permitam a divulgação da política dos serviços oferecidos em cada esfera do Governo Municipal;
- IX- apoiar eventos, conferências e fóruns realizados pelos Conselhos ligados aos idosos, mulheres, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e demais usuários da assistência social:
- X Atuar, significativamente na implantação, acompanhamento e apoio complementar de programas e projetos sociais e habitacionais que visem o enfrentamento da pobreza e no âmbito municipal;
- XI Organizar a partir de estudos, diagnósticos das realidades sociais, implementar e manter atualizado um sistema de avaliação permanente dos principais indicadores de carências sociais;
  - XII- Atender às ações assistenciais de caráter de emergência;



- XIII- Estimular adoção de medidas que possam ampliar o acesso ao mercado de trabalho:
- XIV- Conceder auxílios financeiros em caso de pobreza extrema ou outros de emergência, quando assim for comprovado e houver disponibilidade de recursos;
- XV Dar assistência às crianças e adolescentes carentes, solicitando a colaboração dos órgãos e de entidades Estaduais e Federais que cuidam especificamente do problema; e
- XVI Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação destes recursos; e
  - XVII Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção VIII

#### Da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

- Art. 12 A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura é o órgão que tem por finalidade:
- I Executar atividades concernentes à elaboração de projetos e obras públicas municipais e aos respectivos orçamentos;
- II Promover a construção, pavimentação e conservação de estradas, caminhos municipais e vias urbanas;
- III Promover a execução de Trabalhos Topográficos indispensáveis às obras e servicos a cargo da Prefeitura;
  - IV Fornecer apoio técnico para atualização da planta cadastral do Município;
- V Fiscalizar os cumprimentos das normas referentes a construções particulares, zoneamento e loteamentos, e, posturas Municipais;
- VI Administrar os serviços de produção de tubos, lajotas e outros materiais de construção mantidos pela Prefeitura;
- VII Coordenar junto às administrações distritais projetos, execução, construção e conservação de obras públicas municipais e instalações para prestação de serviços à comunidade;
- VIII Executar atividades relativas à prestação e manutenção dos serviços públicos locais, tais como, limpeza pública, cemitérios, matadouros, mercados, feiras-livres e iluminação pública;
- IX Aperfeiçoar os serviços de limpeza urbana, através da mecanização e da modernização operacional;
  - X Zelar pela conservação dos espaços públicos, tipo parques, praças e jardins;
- XI Implantar os serviços de limpeza pública em todo o Município, através da ampliação do já existente, da racionalização e da programação de seu uso;
  - XII Manter, conservar e administrar o Terminal Rodoviário Urbano;
  - XIII Manter, conservar, ampliar e administrar os Cemitérios Municipais;
- XIV Manter controle rigoroso através do Almoxarifado de todo material utilizado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura; e
- XV Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação destes recursos; e
  - XVI Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.



#### Seção IX

#### Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

- Art. 13 A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade é o órgão que tem por finalidade:
- I Exercer as atividades concernentes à preservação do Meio Ambiente e Proteção
   Animal no Município;
- II Desenvolver projetos que visem a captação de recursos Estaduais e Federais a serem aplicados no desenvolvimento do meio ambiente local;
  - III Promover e fazer a manutenção da arborização dos logradouros públicos;
- IV Atuar em colaboração com outros órgãos municipais ou não, entidades de outras esferas, organizações não governamentais, objetivando a preservação do meio ambiente, dos recursos ecológicos e do ecossistema;
- V Estabelecer procedimento adequado à gestão e tratamento de resíduos sólidos industriais e urbanos;
- VI Manter atualizadas plantas da rede de distribuição de água potável e de coleta de esgoto;
- VII Verificar o abastecimento individual de água potável e de esgotamento sanitário nas moradias sem adequada manutenção;
- VIII- Elaborar banco de dados contendo os aspectos geográficos, climatológicos e bioecológicos do Município;
  - IX Dinamizar os serviços e atividades do Horto, Parques e Áreas verdes;
- X- Incentivar a educação ambiental de preservação do meio ambiente e guarda responsável dos animais;
- XI- Promover campanhas de destinadas à saúde, proteção, defesa e bem estar animal;
- XII Exercer outras atividades correlatas ao meio ambiente e proteção animal, em geral, determinadas pelo Chefe do Executivo.

#### Seção X

# Da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte, Lazer e Desenvolvimento Econômico

- **Art.14** A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte, Lazer e Desenvolvimento Econômico é o órgão que tem por finalidade:
- I- Planejar, organizar e executar as ações na área de turismo, de forma integrada com as demais secretarias e instituições públicas e privadas;
- II Promover e manter o calendário de eventos turísticos, artísticos, culturais, esportivos e sociais, de forma a valorizar as manifestações e produções locais;
- III Promover o desenvolvimento cultural do município através do estimulo ao cultivo das ciências, das artes e das letras;
  - IV Proteger o patrimônio cultural, histórico, artístico e natural do município;
  - V Incentivar e proteger o artista e o artesão;



- VI Documentar as artes populares;
- VII Promover, com regularidade, a execução de programas culturais e recreativos de interesses para a população;
  - VIII Organizar, manter e supervisionar o projeto pró-memória.
- IX Intensificar a política de esportes e atividades olímpicas em todo o município como instrumento de integração social;
  - X Proporcionar meios de recreação sadia e construtiva da comunidade;
- XI Elaborar um conjunto de ações visando o desenvolvimento do esporte, da recreação e das aptidões físicas do indivíduo;
- XII Organizar, de maneira independente ou em parceria com outros órgãos e entidades públicas ou privadas, os torneios esportivos no âmbito do município ou para participação dos munícipes;
- XIII Manter e administrar os equipamentos municipais voltados às práticas esportivas.
  - XIV Promover e apoiar os esportes eletrônicos na comunidade;
  - XV Promover e apoiar as práticas desportivas na comunidade;
- XVI Participar e apoiar as organizações desportivas, da coordenação de competições esportivas e certames no âmbito municipal;
- XVII Promover políticas públicas municipais que visem o desenvolvimento econômico municipal, com estímulo e apoio ao empreendedorismo;
- XVIII Promoção, estímulo e apoio ao processo de desenvolvimento econômico municipal, às iniciativas privadas e públicas relacionadas com o setor industrial, comercial, agropecuário, esportivo, artístico, de serviços e turismo;
- XIX Fomento às campanhas e inciativas que minimizem a questão do desemprego e aumentem a circulação de renda necessária ao crescimento do Município;
- XX Organizar, programar, orientar, controlar e supervisionar as atividades relativas ao fomento do setor industrial, comercial, agropecuário, de serviços, esportivo, artístico e de turismo no Município; e
- XXI Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação desses recursos; e
  - XXII Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção XI

#### Da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento

- Art. 15 A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento é órgão que tem por finalidade:
- I Organizar o espaço rural em função do desenvolvimento da agropecuária com participação ativa das comunidades locais;
- II Atrair para o Município, programas Estaduais e Federais de desenvolvimento rural integrado, promovendo inclusive a abertura de escolas técnicas e agroindústrias;
- III Melhorar a oferta de produtos agrícolas, especialmente na fruticultura olericultura;



- IV Desenvolver a pecuária de pequeno porte, tipo suinocultura e avicultura, que devem sofrer tratamento especial;
- V Consolidar e ou implantar os centros de abastecimento nos núcleos urbanos e rurais, e atividades afins;
- VI- Remover os obstáculos que dificultam o abastecimento com a implantação e ou ampliação da infraestrutura de apoio à produção e comercialização, tipo mercados, matadouros, feiras-livres, frigoríficos, bem como a abertura de estradas vicinais e realização de programas de eletrificação rural; e
- VII Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação desses recursos; e
  - VIII Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção XII

#### Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 16 A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão que tem por finalidade:

- I Promover o levantamento dos problemas de saúde da população do Município, a fim de identificar as causas e combater as doenças com eficácia;
- II Manter estreita coordenação com os órgãos e entidades de saúde Estadual e Federal, visando ao atendimento dos serviços de assistência Médico-Social e defesa sanitária do Município;
- III Administrar as Unidades de Saúde já existentes no Município, promovendo atendimento às pessoas doentes e das que necessitam de socorro imediato;
  - IV Executar programas de assistência médico-odontológica e escolares;
- V Providenciar o encaminhamento de pessoas doentes a outros centros de saúde fora do Município quando os recursos locais forem insuficientes;
  - VI Promover junto à população local, campanha preventiva de educação sanitária;
- VII Promover a vacinação da população local em campanhas específicas ou em caso de surto epidêmicos;
- VIII Dirigir e fiscalizar a aplicação de recursos provenientes de convênios destinados à saúde pública;
  - IX Promover a inspeção de saúde dos servidores municipais;
- X Realizar os serviços de fiscalização sanitária de acordo com a legislação específica; e
- XI Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação destes recursos; e
  - XII Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção XIII

# Da Secretaria Municipal de Defesa Civil

Art. 17 A Secretaria Municipal de Defesa Civil é o órgão que tem por finalidade:

- I Incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- II Identificar e mapear as áreas de risco de desastres;



- III Promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
- IV Realizar, em articulação com a União e os Estados, o monitoramento em tempo real das áreas classificadas como de risco alto e muito alto; (Incluído pela Lei nº 14.750, de 2023)
- V Produzir, em articulação com a União e os Estados, alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, inclusive por meio de sirenes e mensagens via telefonia celular, para científicar a população e orientá-la sobre padrões comportamentais a serem observados em situação de emergência; (Incluído pela Lei nº 14.750, de 2023)
  - VI Declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII Vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- VIII Organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
- IX Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
  - X Mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
- XI Realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
- XII Promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
  - XIII Proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XIV Manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
- XV Estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e
  - XVI prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres; e
  - XVII Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### Seção XIV

#### Da Secretaria Municipal de Educação

- Art. 18 A Secretaria Municipal de Educação é o órgão que tem por finalidade:
- I Estabelecer os planos municipais de longa duração, em consonância com as normas e critérios do Planejamento Nacional de Educação e dos Planos Estaduais;
- II Executar convênio com o Estado no sentido de definir política de ação na preparação do Ensino Fundamental, tomando mais eficaz a aplicação dos recursos destinados a Educação;
- III Realizar anualmente o levantamento da população em idade escolar procedendo a sua chamada para a matrícula;
- IV Manter a rede escolar que atenda preferencialmente às zonas rurais, sobretudo àquela de baixa densidade demográfica e de difícil acesso;



- V Promover campanhas junto à comunidade no sentido de incentivar a frequência dos alunos às escolas;
- VI Propor a localização das Escolas Municipais através de adequado planejamento, evitando a dispersão de recursos;
- VII Realizar serviços de assistência educacional, destinado a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar;
- VIII Desenvolver programas de orientação pedagógica, objetivando aperfeiçoar o professorado municipal dentro das diversas especialidades, buscando aprimorar a qualidade de ensino;
- IX Desenvolver programação no campo de Ensino Supletivo em cursos de alfabetização e treinamento profissional de acordo com as necessidades locais de mão-de-obra;
- X Executar programas que objetivam elevar de preparação dos professores e de sua remuneração, integrando-os aos programas de desenvolvimento e de recursos humanos de responsabilidade do Estado e da União;
- XI Coordenar, organizar, manter e supervisionar a Creche Municipal e a Biblioteca
   Municipal;
- XII Assessorar o Executivo na celebração e manutenção de convênios, bem como fiscalizar a aplicação destes recursos; e
  - XIII Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### CAPÍTULO IV

# DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E CHEFES GERAIS CONTEMPLANDOS COM A SIMBOLOGIA CAI

# ATRIBUIÇÕES GERAIS

- Art. 19 Além das atribuições que lhe são próprias e especificadas na Secretaria, compete a cada Secretário ou titular de órgãos de igual nível hierárquico:
- I Executar a supervisão técnica e normativa das unidades que integram o órgão que dirige;
- II Assessorar o Prefeito na tomada de decisões sobre assuntos inseridos no campo de competência do órgão que dirige;
- III Despachar pessoalmente com o Prefeito, nos dias determinados, e participar de reuniões coletivas, quando convocado;
- IV Apresentar ao Prefeito, na época própria, o programa anual de trabalho das unidades sob sua direção;
- V Promover os registros das atividades do órgão, como subsídio à elaboração do relatório anual da Prefeitura;
- VI Proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios em processos de sua competência;
- VII Propor a abertura de inquérito ou sindicância para aplicação de medidas disciplinares que exijam tal formalidade e aplicar as de sua alçada, nos termos da legislação, aos servidores que lhe forem subordinados;
- VIII Aprovar a escala de férias dos servidores que lhe são diretamente subordinados;
- IX Decidir quanto a pedidos de licença, cuja concessão dependa da conveniência da Administração, observando a legislação em vigor;
  - X Manter rigoroso controle das despesas das unidades sob sua responsabilidade, XI - Fazer remeter à Gerência de Comunicação Administrativa os processos e



papéis devidamente ultimados e fazer requisitar os que interessarem ao órgão que dirige;

XII - Autorizar os servidores lotados no órgão a deixarem de comparecer ao serviço para frequentarem cursos, seminários ou outras atividades que visem o aperfeiçoamento do seu desempenho profissional e seiam de interesse para a Administração;

XIII - Indicar seu substituto em casos de impedimento e afastamento temporários;

XIV - Zelar pela fiel observância e aplicação do presente Regimento e das instruções para execução dos serviços;

XV - Representar o Prefeito, quando por ele solicitado; e

XVI - Executar outras tarefas correlatas com o cargo a pedido do Chefe do Poder Executivo.

#### CAPÍTULO V

#### DOS ASSESSORES E DIRETORES

#### Art. 20 Compete aos Assessores e Diretores:

 I – Assessorar o Secretário ou titulares de cargo de chefia na formulação e implementação de planos, projetos e programas da Secretaria;

II - Desenvolver trabalhos técnicos e estudos especializados quando solicitado

tendo em vista fornecer subsídios ao superior imediato para tomada de decisões;

III - Estudar e emitir pareceres técnicos em processos e expedientes que lhes sejam expressamente encaminhados;

IV - Identificar novos métodos e ferramentas aplicáveis às atividades da Secretaria;

 V – Auxiliar o Secretário na supervisão, coordenação e orientação das unidades e dos servidores subordinados:

VI - Realizar estudos de experiências positivas e introduzir inovações capazes de permitir ganhos significativos na performance da Secretaria;

VII - Executar funções técnicas ou administrativas que lhe forem delegadas pelo titular do órgão; e

VIII- Planejar, organizar e executar atividades inerentes à unidade que dirige; e

IX - Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### CAPÍTULO VI

#### DOS COORDENADORES

## Art. 21 Compete aos Coordenadores:

I - Planejar, organizar, coordenar e avaliar o desenvolvimento das atividades inerentes à unidade que dirige;

II - Participar da implantação de planos, fluxos e rotinas objetivando a simplificação

e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e desempenho dos seus subordinados;

III - Solucionar problemas surgidos no âmbito de sua Coordenadoria, não abrangidos por normas específicas, submetendo os de maior relevância e peculiaridade à apreciação superior;

 IV – Elaborar relatórios gerenciais, relacionando as atividades e principais ocorrências observadas na Coordenadoria, apresentando alternativas de soluções, objetivando

suprir a administração superior, com elementos necessários à tomada de decisões;

V - Prestar assistência às demais Unidades Administrativas subordinadas à sua Coordenadoria;

 VI – Manter o Secretário Municipal informado sobre as atividades e ocorrências da Coordenadoria, bem como repassar aos subordinados, informações e determinações inerentes



à sua área de atuação;

 VII – Participar de reuniões com o Secretário e Assessores a fim de intercambiar informações, apresentando sugestões, metas de trabalho e/ou assuntos inerentes à sua área de atuação;

VIII - Propor ao Secretário, a obtenção de recursos materiais, financeiros e

humanos, com vistas ao pleno funcionamento da Coordenadoria;

 IX – Zelar pelo cumprimento de normas da Prefeitura, atentando para disciplina, assiduidade, pontualidade e outros, tomando as providências que julgar necessárias; e

X - Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

#### CAPÍTULO VII

#### DOS SUPERVISORES E CHEFES

#### Art. 22 Compete aos Supervisores e chefes:

- I Orientar e supervisionar o desenvolvimento das atividades inerentes à sua Unidade Administrativa, distribuindo tarefas, dirimindo dúvidas e acompanhando a execução das mesmas;
- II Contactar a Chefia imediata, objetivando mantê-la informada sobre as atividades e ocorrência do serviço, bem como repassar aos subordinados informações inerentes à sua área de atuação;

III – Solucionar problemas surgidos no âmbito de sua responsabilidade e não

abrangidos por normas específicas, levando à consideração da Chefia imediata;

- IV Participar de reuniões com os demais gerentes, trocando informações, apresentando sugestões, negociando metas de trabalho e assuntos de interesse da Secretaria;
  - V Elaborar relatórios, mapas e demonstrativos, através de dados obtidos nas

diversas fontes de forma a proporcionar a avaliação das práticas e metas traçadas;

- VI zelar pelo material de consumo, móveis e equipamentos alocados na Unidade
   Administrativa, providenciando reposição e manutenção preventiva ou corretiva; e
  - VII Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.
- Art. 23 Os cargos comissionados e funções gratificadas, criados para atendimento a nova estrutura serão aqueles constantes no anexo I desta lei.
- Art. 24 Os cargos comissionados e Funções Gratificadas criados antes da edição desta norma, serão extintos automaticamente na promulgação desta lei.
  - Art. 25 Fica mantido o símbolo CAI, com o valor idêntico a simbologia DAS-1.
  - Art. 26 Fica criado o símbolo DAS Especial, com valor idêntico a simbologia FG.
- Art. 27 Fica criado o símbolo DAS-4, com vencimento base de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).
- Art. 28 Fica estabelecido novos valores dos símbolos DAS-2 e DAS-3, com vencimentos base de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), respectivamente.



- Art. 29 Os valores remuneratórios dos símbolos dos cargos comissionados e funções de confianças estão previsto no anexo II desta lei.
- Art. 30 Os cargos comissionados e as Funções de Confianças do Instituto Próprio de Previdência Municipal Bom-Previ, estão previstos no anexo III, desta lei.

# CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 31 Os cargos criados nesta lei se enquadram aos limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Art. 32 A dotação orçamentaria para custeio desta lei, já foi prevista na Lei Orçamentaria Anual.
- Art. 33 Ficam revogadas todas as Leis criadoras de cargos comissionados e Funções Gratificadas/Confiança anterior a presente Lei.
- Art. 34 Caso ocorra divergência entre esta lei e as anteriormente editadas prevalecerá às normas aqui estabelecidas.
- Art. 35 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, podendo retroagir seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ PREFEITO



#### ANEXO I

#### CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS, POR SECRETARIAS

#### ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO DE GABINETE	DAS
DIRETOR DE TRANSPORTE	DAS-1
DIRETOR DE GABINETE	DAS-1
DIRETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	DAS-1
COORDENADOR DE TRÂNSITO	DAS-2
COORDENADOR DE GABINETE	DAS-2
ASSESSOR II DE GABINETE	DAS-3
ASSESSOR II DE GABINETE	DAS-3
ASSESSOR II DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	DAS-3
CHEFE ADMINISTRATIVO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	CAI-I
CHEFE GERAL DA GUARDA MUNICIPAL	CAI-II
CHEFE DO TERMINAL RODOVIÁRIO	CAI-II
CHEFE DE GESTÃO DE VEÍCULOS	CAI-II
CHEFE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – JUNTA MILITAR	CAI-III
CHEFE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	CAI-III

#### SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO GERAL DE GOVERNO	DAS

# PROCURADORIA JURÍDICA

CARGO	SIMBOLO
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL	DAS
ASSESSOR DA PROURADORIA JURÍDICA	DAS-1
ASSESSOR DA ADVOCACIA MUNICIPAL	DAS-1
ASSESSOR DA ADVOCACIA MUNICIPAL	DAS-1
ASSESSOR DA ADVOCACIA MUNICIPAL	DAS-1
COORDENADORA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA PROCURADORIA JURÍDICA	DAS-2
COORDENADORA DE PROCESSOS JUDICIAIS DA PROCURADORIA JURÍDICA	DAS-2
ASSESSOR II ADMINISTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA	DAS-3
CHEFE DO SERVIÇO DE DÍVIDA ATIVA	CAI-I
CHEFE ADMINISTRATIVO DOS PROCESSOS	CAI-I





JUDICIAIS DA DÍVIDA ATIVA DA	
PROCURADORIA JURÍDICA	

#### SECRETARIAS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	DAS
SUPERVISOR DE GESTÃO E COMPRAS	DAS-ESP
CONTROLADOR INTERNO	DAS-ESP
DIRETOR ADMINISTRATIVO	DAS-1
DIRETOR TÉCNICO DO E-SOCIAL	DAS-1
DIRETOR ADMINISTRATIVO DO PRÉDIO	DAS-1
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTAO MUNICIPAL	DAS-2
COORDENADOR DE GESTÃO E COMPRAS	DAS-2
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO	DAS-2
COORDENADOR DE OUVIDORIA MUNICIPAL	DAS-2
COORDENADOR DE LICITAÇÃO	DAS-2
COORDENADOR DE ATENDIMENTO	DAS-2
ASSESSOR II DE PROTOCOLO	DAS-3
ASSESSOR II DO DEPARTAMENTO DE RH	DAS-3
ASSESSOR II DE SEGURANÇA DO TRABALHO	DAS-3
ASSESSOR III ADMINISTRATIVO	DAS-4
CHEFIA GERAL DE LICITAÇÃO	CAI
CHEFE DE PATRIMÔNIO	CAI-I
CHEFE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CAI-I
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO	CAI-I
CHEFE DE PROTOCOLO	CAI-I
CHEFE DE ARQUIVO DE RECURSOS HUMANOS	CAI-II
CHEFE DE GERENCIAMENTO DE DADOS	CAI-III
CHEFE DE RECURSOS HUMANOS	CAI-III

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	DAS
DIRETOR GERAL DA SMF	DAS-1
DIRETOR FINANCEIRO SMF	DAS-1
ASSESSOR DE CAIXA E TESOURARIA	DAS-1
DIRETOR DE GABINETE SMF	DAS-1
ASSESSOR FAZENDÁRIO – ALIMENTAÇÃO DE	DAS-1
COORDENADOR DE TESOURARIA	DAS-2
COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	DAS-2
ASSESSOR II DE CONTABILIDADE	DAS-3
ASSESSOR II DE FINANÇAS	DAS-3
CHEFE DA ELABORAÇÃO DA LOA, REGULARIZAÇÃO DO CAUC E APOIO À	CAI



CAI-I
CAI-I
CAI-III
CAI-III

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	DAS
SUPERVISOR DE ORÇAMENTOS PÚBLICOS	DAS - ESP
COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS, CONTRATOS E CONVÊNIOS	DAS-2
ASSESSOR II DE PROJETOS ESPECIAIS, CONTRATOS E CONVÊNIOS	DAS-3
CHEFE DE PROJETOS ESPECIAIS	CAI
CHEFE DE PROJETOS BÁSICOS	CAI-I
CHEFE DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE CONTRATAÇÕES	CAI-I

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	DAS
SOCIAL	
DIRETOR EXECUTIVO DE ASSISTÊNCIA	DAS-1
SOCIAL	
DIRETOR DA CASA LAR MUNICIPAL	DAS-1
COORDENAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E AUXÍLIO BRASIL	DAS-2
CUIDADOR SOCIAL	DAS-2
COORDENADOR ADMINISTRATIVO SMAS	DAS-2
COORDENADOR ADMINISTRATIVO SMAS	DAS-2
ORIENTADOR SOCIAL	DAS-2
COORDENADOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL -	DAS-2
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E	
FORTALECIMENTO DE VÍCULOS	
ASSESSOR II EXECUTIVO DO CMAS, CMDCA	DAS-3
E CMDI – CONSELHOS	
ASSESSOR II DA ASSISTÊNCIA SOCIAL -	DAS-3
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E	
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
ASSESSOR II ADM CONSELHO TUTELAR	DAS-3
ASSESSOR II DE TRANSPORTES E VEÍCULOS SMAS	DAS-3
ASSESSOR II DE TRANSPORTES E VEÍCULOS SMAS	DAS-3
ASSESSOR II DE TRANSPORTES E VEICULOS	DAS-3
SMAS	5400
ASSESSOR II DE TRANSPORTES E VEICULOS SMAS	DAS-3
AUXILIAR CUIDADOR SOCIAL	DAS-4
ASSESSOR III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E	DAS-4





FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
ASSESSOR III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS-4
ASSESSOR III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS-4
ASSESSOR III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS-4
ASSESSOR III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS-4
ASSESSOR III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS-4
ASSESSOR III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS-4
ASSESSOR III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS-4
CHEFIA DE ALMOXARIFADO DA SMAS	CAI-II

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAE CARGO	SIMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E	DAS
INFRAESTRUTURA	
DIRETOR EXECUTIVO DA SMOI	DAS-1
DIRETOR DE OBRAS	DAS-1
DIRETOR DE ESTRADAS	DAS-1
DIRETOR DE ESTRADAS	DAS-1
DIRETOR DE MANUTENÇÃO	DAS-1
DIRETOR DE LIMPEZA URBANA	DAS-1
ASSESSOR II ADMINISTRATIVO SMOI	DAS-2
COORDENADOR DISTRITAL	DAS-2
COORDENADOR DISTRITAL	DAS-2
COORDENADOR DISTRITAL	DAS-2
COORDENADOR DE URBANISMO	DAS-2
COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-2
PÚBLICOS	5/10 2
COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-2
PÚBLICOS	D/10 2
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	27.00
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	100000000000
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	17.55.54-55.5-1
ASSESSOR II DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-3
PÚBLICOS	
ASSESSOR III DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-4
PÚBLICOS	
ASSESSOR III DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-4
PÚBLICOS	
ASSESSOR III DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-4
PÚBLICOS	
ASSESSOR III DE OBRAS E SERVIÇOS	DAS-4
PÚBLICOS	0.111
CHEFE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAI-I
CHEFE DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS	CAI-II





SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	DAS
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	DAS-1
COORDENADOR DE BEM-ESTAR ANIMAL	DAS-2
ASSESSOR II DE MEIO AMBIENTE	DAS-3
ASSESSOR III ADMINISTRATIVO DE MEIO AMBIENTE	DAS-4
CHEFE GERAL DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	CAI-I

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	DAS
SUPERVISOR DA CULTURA MUNICIPAL	DAS-ESP
DIRETOR DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	DAS-1
DIRETOR DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO E ESTRUTURAS	DAS-1
COORDENADOR DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM	DAS-2
COORDENADOR DE CULTURA	DAS-2
COORDENADOR DE TURISMO E EVENTOS	DAS-2
ASSESSOR II ADMINISTRATIVO	DAS-3
ASSESSOR II DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO	DAS-3
ASSESSOR III DE TURISMO	DAS-4
ASSESSOR III DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	DAS-4
ASSESSOR III DE ARTES E COMUNICAÇÃO	DAS-4
ASSESSOR III DE CULTURA	DAS-4
ASSESSOR III DE MUSEU, MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO	DAS-4
ASSESSOR III DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	DAS-4

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	DAS
E DESENVOLVIMENTO	
DIRETOR EXECUTIVO	DAS-1
DIRETOR DE AGRICULTURA	DAS-1
COORDENADOR DE AGRICULTURA E	DAS-2
DESENVOLVIMENTO	
ASSESSOR II DE AGRICULTURA E	DAS-3
DESENVOLVIMENTO	
ASSESSOR II DE AGRICULTURA E	DAS-3
DESENVOLVIMENTO	
ASSESSOR II DE AGRICULTURA E	DAS-3





#### DESENVOLVIMENTO

CARGO	SÍMBOLO	
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE	DAS	
DIRETOR DE REGULAÇÃO	DAS-1	
DIRETOR DE CONTROLE E AVALIAÇÃO	DAS-1	
DIRETOR DE FATURAMENTO E SISTEMAS DE	DAS-1	
SAÚDE		
DIRETOR DE PLANEJAMENTO	DAS-1	
DIRETOR DE CONTROLE DE SUPRIMENTOS	DAS-1	
DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DAS-1	
DIRETOR VIGILÂNCIA EM SAÚDE	DAS-1	
DIRETOR SERVIÇOS EM FISIOTERAPIA	DAS-1	
DIRETOR DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS	DAS-1	
DIRETOR SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS	DAS-1	
DIRETOR DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	DAS-1	
DIRETOR DE GABINETE DA SMS	DAS-1	
DIRETOR DE GABINETE DA SINO DIRETOR DA SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO	DAS-1	
INTEGRAL AS DROGAS	DAG-1	
DIRETOR DE TRATAMENTO FORA DO	DAS-1	
DOMICÍLIO	DAG-1	
DIRETOR DE PERÍCIA MÉDICA	DAS-1	
ASSESSOR DE REGULAÇÃO	DAS-1	
ASSESSOR DE REGULAÇÃO ASSESSOR DE RELUGAÇÃO	DAS-1	
COORDENADOR DE GABINETE DA	DAS-1	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DA3-2	
COORDENADOR DE RESIDÊNCIA	DAS-2	
TERAPÊUTICA	DA3-2	
COORDENADOR DE SERVIÇOS EM SAÚDE	DAS-2	
COORDENADOR DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	DAS-2	
COORDENADOR DO CENTRO DE ATENÇÃO	DAS-2	
PSICOSSOCIAL - CAPS	Drio 2	
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO	DAS-2	
ASSESSOR II DE REGULAÇÃO	DAS-3	
ASSESSOR II DE REGULAÇÃO ASSESSOR II DE TRANSPORTE E VEÍCULOS	DAS-3	
DA SMS	DAG-5	
ASSESSOR II DE TRANSPORTES E VEÍCULOS	DAS-3	
DA SMS	DAG 0	
ASSESSOR II DE TRANSPORTES E VEÍCULOS	DAS-3	
DA SMS	2,10	
ASSESSOR II DE INFRAESTRUTURA DA SMS	DAS-3	
ASSESSOR II DE SERVIÇOS DE SAÚDE	DAS-3	
ASSESSOR II DE SERVIÇOS DE SAÚDE	DAS-3	
ASSESSOR III DE SERVIÇOS DE SAÚDE	DAS-4	
ASSESSOR III DE SERVIÇOS DE SAÚDE	DAS-4	
ASSESSOR III DE ATENDIMENTO	DAS-4	
ASSESSOR III DE ATENDIMENTO	DAS-4	
ASSESSOR III DE ATENDIMENTO	DAS-4	
CHEFE DE ATENÇÃO EM SAÚDE	CAI	
CHEFE TESOURARIA SMS	CAI-I	
CHEFE DE INFRAESTRUTURA E	CAI-II	
TRANPOSRTE SMS	S/ 11 11	
CHEFE CENTRO SAÚDE DR. DJALMA NEVES	CAI-II	
CHEFE DO ALMOXARIFADO DA SMS	CAI-III	
CHEFE DE CONTROLE E AVALIAÇÃO	CAI-III	





SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

CARGO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DEFESA CIVIL	DAS
DIRETOR DA DEFESA CIVIL	DAS-1
ASSESSOR II DEFESA CIVIL	DAS-3
ASSESSOR II DEFESA CIVIL	DAS-3
ASSESSOR II DEFESA CIVIL	DAS-3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO	SIMBOLO	
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	DAS	
DIRETOR DE ENSINO	DAS-1	
DIRETOR ADMINISTRATIVO	DAS-1	
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	DAS-1	
COORDENADOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO	DAS-2	
COORDENADOR GERAL DE GESTÃO	DAS-2	
COORDENADOR DE MERENDA ESCOLAR	DAS-2	
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	DAS-2	
ASSESSOR II DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR II DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR II DE INSPEÇÃO ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR II DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR II DE LINHAS DE TRANSPORTE ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR II DE LINHAS DE TRANSPORTE ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR II DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E ASSEIO	DAS-3	
ASSESSOR II DE TRANSPORTE ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR II DE TRANSPORTE ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR II DE TRANSPORTE ESCOLAR	DAS-3	
ASSESSOR III DE ALMOXARIFADO SME	DAS-4	
CHEFE DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	CAI-I	
CHEFE ADMINISTRATIVO SME	CAI-II	
CHEFE DE SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS	CAI-III	





#### ANEXO II

VALORES DA SIMBOLOGIA DE GARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GARTIFICADAS.

#### CARGO COMISSIONADO

SÍMBOLO	VALORES
DAS *	R\$ 9.901,91
DAS ESPECIAL	R\$ 5.815,98
DAS-1	R\$ 3.144,30
DAS-2	R\$ 2.200,00
DAS-3	R\$ 1.900,00
DAS-4	R\$ 1.600,00

# FUNÇÃO GRATIFICADA/CONFIANÇA

SÍMBOLO	VALORES
FG	R\$ 5.815,98
CAI	R\$ 3.144,30
CAI-I	R\$ 1.564,90
CAI-II	R\$ 1.201,84
CAI-III	R\$ 1.030,40



#### ANEXO III

#### Estrutura do Bom-Previ

#### **BOM-PREVI**

QUANT. DE CARGOS	NOMENCLATURA DOS CARGOS	SÍMBOLO	VALOR
01	Diretor Presidente	FG	5.815,98
01	Assessor Jurídico I	DAS-1	3.144,30
01	Assessor Administrativo Previdenciário	DAS-1	3.144,30
01	Chefe do Controle Interno	CAI-I	1.564,90
01	Chefe de Recursos Humanos	CAI-II	1.201,84
01	Presidente da Comissão de Licitação e Compras	CAI-II	1.201,84
01	Chefe de Almoxarifado, Patrimônio e Serviços	CAI-II	1.201,84